

ESCOLA E GEOGRAFIA PARA QUEM?

Najla Mehanna Mormul

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão
Professora Doutora do Curso de Geografia
ST-Escolas, Cotidianos e Currículos
najlamehanna@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa abordar a Geografia no currículo escolar brasileiro. Para tanto se discute que a escola não é um espaço neutro, apolítico, assim entende-se que a Escola sem Partido é uma proposta tendenciosa acerca do papel da educação escolar. Sendo a educação um ato político, portanto, imbuída de intencionalidades, logo a escola é um espaço importante para a formação humana. As disciplinas curriculares desempenham funções específicas que podem contribuir para reprodução e/ou transformação do pensamento hegemônico. A presença da Geografia no currículo escolar, ao longo da história, atendeu aos projetos de sociedade e escola ora engendrados. Nesse sentido, entende-se que a presença da Geografia no currículo escolar pode fornecer elementos para o entendimento das questões socioeconômicas e políticas que afetam a sociedade brasileira atualmente e quiçá o enfrentamento do *status quo*, na medida em que na escola pode ser um espaço de resistência a uma lógica que tudo quer totalizar.

Palavras-chave: Educação Escolar, Ensino de Geografia, Currículo, Formação Humana.

Introdução

Poderia a escola ser um espaço neutro? Isso seria bom para quem e por quê? A escola como se apresenta hoje é realmente um espaço de formação de sujeitos conscientes do mundo em que vivem? Não é de hoje que questões como essas se fazem presentes, portanto, longe de buscar respostas conclusivas, acreditamos que o exercício da reflexão é válido e latente, uma vez que muitos profissionais da educação buscam transformar a escola num espaço vivo, atrativo e rico.

Em tempos atuais a escola, sobretudo, a pública tem se transformado num espaço hostil, muitos alunos e professores não se sentem acolhidos na escola, alunos indisciplinados; aulas tediosas; professores desmotivados; sinais sonoros que indicam o horário de entrar e de sair; carteiras enfileiradas; conteúdos trabalhados com pouca ou nenhuma interconexão com a vida dos alunos; alunos que não percebem o valor da escola e tão pouco dos conhecimentos que lá são transmitidos, esses são alguns dos vários desafios presentes hoje nas escolas públicas brasileiras.

Diante de um cenário tão desolador não é de se estranhar que a profissão professor não desponte entre as mais desejadas pelos jovens. Contudo, o que pode ser feito? É possível diante de tamanha dificuldade recuperar/encontrar o sentido da escola. Nisso, deriva as reflexões expressas nesse trabalho, devido à complexidade do tema um recorte tornou-se necessário, e esse resultou da

experiência enquanto professora formadora de professores de Geografia da Unioeste, *campus* de Francisco Beltrão/PR.

Assim, com esse trabalho buscou-se unir a discussão sobre a importância da escola a da Geografia para a formação de sujeitos mais comprometidos e conscientes com o mundo em que vivem. Nesse sentido, primeiramente apresentaremos uma breve discussão sobre o papel da escola na sociedade contemporânea brasileira correlacionando-a com as ameaças existentes para a consolidação da escola como espaço de acolhimento e formação humana efetiva, e posteriormente como a Geografia expressa nos currículos escolares pode colaborar no projeto de uma escola cidadã, isto é, que tenha compromisso com a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Escola para quê?

Em virtude de um contexto histórico atual em que valores como respeito, solidariedade, coletividade, alteridade, tem sido postos em segundo plano, como valorizar a escola pública, em uma sociedade dominada pela individualidade e pela competitividade predatória, em que meritocracia reina imperiosa, em que os oprimidos são a cada dia mais subjugados e condenados pelos seus próprios fracassos. É possível inverter essa lógica perversa?

Não se trata obviamente de impor à população espoliada e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se, na verdade-não importa se trabalhamos com alfabetização, com saúde, com evangelização ou com todas elas-, de, simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta [...] (FREIRE, 2011, p.77).

A escola pública sendo fruto da sociedade, muitas vezes, reverbera os interesses da classe dominante, e isso ocorre, sobretudo, por meio das políticas públicas e dos currículos aprovados e instituídos nas escolas, que são geralmente organizados por administradores/empresários, sobretudo, da iniciativa privada. E esses como de praxe estão interessados e preocupados como as finanças (dinheiro) e não com a formação dos seres humanos, para eles educação pública é vista como gasto e não investimento.

Imbuídos de belos discursos convencem, especialmente, os que mais necessitam da escola (oprimidos) que essa precisa ser monitorada/controlada, como pode ser observado por meio da chamada “Escola sem Partido” (EsP) que força através de propostas conspiratórias à sociedade a combater qualquer ideologia contrária a da classe majoritária, porque não há EsP e, sim, escola que

atenda ou não os interesses dos dominadores. A questão é que ter a escola a serviço dos dominados é uma ameaça que precisa ser combatida, porque se torna difícil manipular pessoas (votos) quando essas não são ignorantes. Marx alertava o fato de encontrar na parcela mais expropriada da população o discurso da classe dominante (detentores dos meios de produção) e isso coaduna com Paulo Freire que advertia que a cabeça do oprimido é o hotel do opressor.

Nesse contexto, compreende-se que a escola poderia desempenhar um papel relevante na formação de sujeitos conscientes, isso implica dizer que a escola é um espaço importante para a tomada de consciência, que ocorre individualmente. Portanto, a escola pode contribuir para isso, ao passo que como *locus* de conhecimentos esses não devem ser apenas transmitidos, mas principalmente apropriados e produzidos pelos alunos, ou seja, por meio da educação escolar eles podem ter acesso ao conhecimento historicamente produzido, que é valioso para o processo de conscientização e emancipação humana.

Discutir a escola não é tarefa simples, porém necessária, muitos pais, sobretudo os oriundos das classes econômicas mais fragilizadas da sociedade se contentam em ter um lugar onde deixar seus filhos, poucos se preocupam com o que os filhos fazem ou aprendem na escola, é aquela velha lógica “melhor ficar na escola do que na rua aprendendo o que não presta”. Em raros momentos se discute o que se aprende na escola, a minoria entende o que é currículo escolar, e tão pouco discutem porque há tal disciplina e/ou qual o papel desta ou daquela.

Contudo, considera-se válido entender a escola como espaço em que os conhecimentos, inclusive os geográficos são sistematizados na forma de conteúdos escolares, os conteúdos expressam intenções e intencionalidades e não se configuram apenas como um conjunto de informações ordenadas, que são repassados pelo professor aos alunos de modo mecânico, o currículo escolar guarda suas ideologias, para Apple (2006) currículo não é somente um documento impresso das instituições de ensino, mas um documento que reflete todo um complexo de relações sociais de um determinado momento histórico.

Educação Geográfica

Para que serve Geografia? **A Geografia serve antes de tudo para fazer a Guerra**, em 1977 à obra de Yves Lacoste anunciava no título do seu livro o caráter estratégico do pensamento geográfico, porém é importante ressaltar que ele estava alertando sobre a Geografia dos professores e a dos Estados Maiores. A primeira baseada no uso da memorização e fortemente marcada pelo

conteúdismo, revelava uma Geografia neutra, estéril e enfadonha, já a segunda pautada no raciocínio geográfico estratégico era extremamente útil.

Veríssimo (1985) anunciava o quanto a Geografia praticada nas escolas era pautada predominantemente numa leitura descontextualizada do espaço geográfico. Torna-se necessário lembrar que a Geografia foi instituída no currículo escolar do Colégio Imperial D. Pedro II em 1837, nesse momento sua presença no currículo estava associada à necessidade de formação do cidadão-patriótico, ou seja, aquele que exaltaria as belezas naturais e contribuiria para a manutenção da ordem necessária ao progresso da nação, não obstante, a necessidade de consolidação da identidade nacional.

Os conhecimentos geográficos compunham um rol de saberes importantes, sobremaneira para os militares no fim do século XIX e início do século XX, por meio da Geografia era possível conhecer diferentes territórios, suas fragilidades e potencialidades, a dominação territorial representava poder e soberania de um povo sobre o outro, quanto maior o conhecimento das terras e dos mares, melhor e mais assertivas seriam as estratégias de ocupação, exploração e dominação dos territórios.

[...] a Geografia surge como elemento de reconhecimento, conquista e domínio territorial, ao mesmo tempo em que se configura como estratégia de construção e fortalecimento de certa identidade nacional. Vale ressaltar que este é também um dos fundamentos da Geografia que se fazia no mundo Greco-Romano, uma geografia ligada à necessidade de expansão, organização e controle territorial. São estes fenômenos que levaram diversos autores, entre eles Yves Lacoste, a apontarem uma intensa ligação existente entre a Geografia e os Estados-Maiores (MORMUL, GIROTTO, 2014, p.216).

Nas escolas os conhecimentos geográficos, no entanto, tinham a função de fomentar o espírito nacionalista, todavia, o *status* de conhecimento estratégico foi fundamental para o processo de conquista e controle territorial e responsável por elevar o conhecimento geográfico à disciplina escolar. Num período em que a educação pública tinha como principal objetivo reproduzir e manter o poder político e econômico da elite, desse modo o conhecimento geográfico passou a ser reconhecido como eficaz para todo aquele que ambicionasse um lugar de destaque na sociedade (MORMUL; GIROTTO, 2014).

O caráter enfadonho e endurecido do ensino de Geografia predominante nas escolas públicas brasileiras até meados da década de 1980 atendia aos interesses dos projetos de sociedade da época, porém, não somente alunos como os professores encontravam-se insatisfeitos com a Educação Geográfica, assim em 1978 ocorreu um encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB)

que reuniu aproximadamente 1500 professores em Fortaleza/CE, que ambicionavam mudanças no ensino dessa disciplina. A principal alteração foi a inserção de conteúdos com viés econômico e maior enfoque nos aspectos humanos, essa nova perspectiva foi denominada Geografia Crítica em oposição a Geografia tradicional. Segundo Mormul (2013) a Geografia crítica, sob influência das teorias marxistas, intensificou a crítica à Geografia tradicional, em especial, no que diz respeito ao ensino de Geografia. Como exemplo, podemos citar a proliferação de livros didáticos na década de 1980 sob o título de Geografia Crítica que foram difundidos no país. Com a Geografia crítica o centro de discussão, passa a serem as relações entre sociedade, trabalho, natureza e produção do espaço geográfico.

Todavia, apesar dos avanços obtidos por meio de uma abordagem crítica dos conteúdos, isso não significou que a Geografia escolar a partir de então passou a fazer sentido para os alunos. A introdução de uma nova perspectiva teórica e metodológica geralmente nega sua antecedente, entretanto, ambas coexistem. Por vezes, é necessário sopesar os elementos positivos e negativos presentes em diferentes abordagens para enfim avançar. No que tange ao ensino de Geografia, é perceptível uma transição de uma Geografia patriótica (exaltação dos aspectos naturais) para uma Geografia de viés mais economicista, uma fruto do ensejo de consolidação política da nação a outra oriunda na gestão e organização dos territórios, ou seja, fim da Guerra Fria e ingresso na chamada mundialização.

Por maiores que sejam as mudanças nas propostas curriculares, essas se efetivarão na prática se estiverem em consonância com os demais elementos que compõe os currículos, a educação escolar não pode ser subjugada apenas com a introdução de novos termos ou exclusão de outros, o currículo escolar compreende algo complexo que envolve o contexto histórico-econômico e político da qual, por exemplo, a EsP emerge, pois o currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo (APPLE, 2000).

Considerações Finais

Com esse breve trabalho buscou-se discutir a importância da educação escolar enfatizando que ao destituí-la de sentido transformamos a escola em um espaço estéril. A Escola sem Partido é uma proposta infausta, uma vez que descaracteriza a escola como um espaço de formação

democrática. Por meio dos currículos escolares é possível notar as intencionalidades existentes, especialmente no que concerne ao papel das disciplinas curriculares.

Em relação à Geografia entendemos que essa ao longo do tempo desempenhou diferentes funções no currículo escolar como: colaborar na formação do cidadão-patriota, enfatizar a leitura economicista do mundo e contribuir na formação de sujeitos críticos e participativos por meio do pensamento geográfico. Obviamente que analisar o currículo escolar de uma disciplina demanda tempo e acuidade, pois é preciso entender o contexto em foram produzidos.

A Geografia é uma disciplina rica, o pensamento geográfico proporciona uma leitura crítica, contextualizada e problematizada dos elementos econômicos, políticos, sociais e ambientais que afetam a vida de todas as pessoas. Se bem trabalhada, ou seja, a partir de uma perspectiva crítica do espaço geográfico, pode auxiliar na compreensão dos fenômenos físicos e humanos.

Historicamente a Geografia enquanto disciplina escolar, por muitos anos ocupou um lugar tímido no processo de ensino e aprendizagem, sendo uma disciplina de caráter contemplativo e não reflexivo. Porém, nos últimos anos mudanças significativas ocorreram com o ensino dessa disciplina, e essas se processaram em virtude da ampliação da leitura crítica do mundo. Nesse sentido, entendemos que a escola é um ambiente propício para a reflexão e ação, portanto não é concebível aceitar que a escola seja transformada num espaço morto. Devemos lutar para que escola e currículo atendam aos que mais necessitam e, assim resistir à lógica capitalista que tudo quer totalizar.

Referências

APPLE, M.W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Ideologia e Currículo**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MORMUL, Najla Mehanna. **As abordagens da População na Geografia Brasileira (1934-2010): Permanências, transformações e rupturas**. Maringá: UEM, 2013. 340 f. Tese (doutorado em geografia)- Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

MORMUL, M. M; GIROTTO, E. D. **Ensino de Geografia e Projeto de Sociedade no Início do Século 20 no Brasil: Reconstruindo Leituras Acerca da Relação Entre Ensino e Pesquisa**. Revista Contexto & Educação. Editora Unijuí. Ano 29, nº 93 Maio/Ago. 2014, p.214-242.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.



SENACORPUS
SEMINÁRIO
CORPUS POSSÍVEIS no BRASIL
PROFUNDO

